



CONCLUSÕES

10º ENJ



PREÂMBULO

1. Dando resposta à necessidade do Movimento Associativo Juvenil, em todas as suas expressões, se reunir num espaço democrático e construtivo e no seguimento dos anteriores Encontros Nacionais de Juventude, tomou-se consciência de que o fomento, a dinamização e o reforço do diálogo inter-associativo passava necessariamente pela realização do 10º Encontro Nacional de Juventude (ENJ).
2. Considerou-se importante assegurar a diversidade geográfica dos participantes e a pluralidade cultural e política dos mesmos. Esta orientação foi igualmente tida em conta no que respeita aos elementos enquadradores dos conteúdos e das temáticas.
3. O ENJ, enquanto espaço aberto e dinâmico, constituindo um fórum alargado de debate de ideias, direccionado e desenvolvido para e com os jovens portugueses, oferece-lhes a oportunidade de reflectir, discutir e partilhar ideias e experiências, expressando as suas preocupações e expectativas na participação da definição de uma política global e transversal de juventude. Com o objectivo de promover a participação cívica dos jovens, o Encontro contou com a participação de jovens dirigentes associativos, assim como jovens que não estão directamente ligados ao movimento associativo juvenil.
4. Com o tema “Os Jovens e o Futuro da Europa”, o 10º ENJ pretendeu promover a participação juvenil a nível europeu, fomentando-se uma maior consciência de cidadania europeia, um maior conhecimento desta realidade e a aproximação dos jovens cidadãos às instituições e políticas da União.

Os jovens participantes no 10º ENJ dividiram-se por nove grupos de trabalho, durante o dia 1 e 2 de Dezembro. Os resultados das discussões dos grupos estão reflectidos nos textos apresentados neste documento, elaborados com o envolvimento e participação de tod@s.

Foram tidos em conta:

- O Livro Branco da Comissão Europeia para as Políticas de Juventude – “Um Novo Impulso para a Juventude Europeia”;
- O Método Aberto de Coordenação para a área da Juventude;
- O Pacto Europeu para a Juventude.

Conscientes:

- que a participação da juventude é um requisito indispensável ao desenvolvimento das sociedades;
- que as políticas de juventude devem ser desenvolvidas e implementadas tendo por base a consulta daqueles a quem se destinam, sendo mais eficientes quando todas as partes envolvidas têm um sentimento de pertença e são responsáveis pela sua implementação;
- que as decisões tomadas a nível nacional, regional e local têm um grande impacto nas condições de vida presentes e futuras dos jovens. Para que estes possam ser reconhecidos como actores responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento, têm que participar na definição das políticas que os afectam.

Associativismo e Participação Juvenil

Reconhecimento institucional das associações

Actualmente o reconhecimento que o poder local dá ao trabalho das associações juvenis nem sempre é o desejável, devido em parte, à falta de comunicação. Existem em certos casos organismos (Conselhos Municipais de Juventude) cujo papel deveria passar pela promoção do diálogo e discussão entre as entidades, mas que em grande parte dos casos não passam de organismos figurativos. Esta situação complica a actividade das associações e a sua coordenação com o poder local.

Neste âmbito, pensamos que a solução passa pela concentração de esforços das associações em Conselhos Municipais de Juventude isentos e independentes. Temos conhecimento que está previsto nos estatutos do CNJ a criação de Conselhos Regionais, mas acreditamos que é necessário um contacto mais directo com as diferentes realidades locais. Como tal, propomos a criação de Conselhos Municipais de Juventude, enquadrados na organização interna do CNJ com o objectivo de:

- Fornecer ferramentas e linhas orientadoras para facilitar as actividades associativas;
- Representar as associações perante o poder local;
- Fornecer apoio a nível jurídico.

Por outro lado, acreditamos que a conquista do reconhecimento institucional passa pelo desenvolvimento de actividades de qualidade superior por parte das associações juvenis e pela transparência a nível organizacional. Neste sentido, desenvolvemos aquilo que acreditamos serem pontos indispensáveis para garantir a qualidade dos eventos, a saber:

- É estritamente necessário, aquando a organização de um evento, a associação identificar com precisão o público alvo, as suas ambições, necessidades e motivações.
- Para além do público, é necessário cativar as instituições demonstrando as mais valias da actividade para as mesmas;
- Outro ponto decisivo na definição de qualidade de uma organização é a sua divulgação;

- Assegurar o contínuo melhoramento das capacidades organizativas através de métodos de autoavaliação.

É neste sentido que estamos convictos na necessidade da criação dos CMJ independentes da estrutura política local como forma de suporte às associações. O seu trabalho de interligação e comunicação é fundamental para garantir um crescente reconhecimento institucional e consciencialização dos poderes perante as associações juvenis.

Apoio à Criação e Manutenção de Associações de Jovens

Tendo em conta a conjuntura actual da problemática do acto da criação de Associações Jovens no nosso País, este grupo de trabalho observou que a acção processual da referida criação deve ser simplificada.

Foi discutido entre os jovens presentes que a Criação de uma Associação Jovem teria necessariamente de passar por um corte burocrático, sendo este necessário ao incremento do associativismo em Portugal.

Concluindo-se esta simplificação, poderemos passar à fase de apresentação de um novo código processual de criação Associativa Jovem no nosso País.

Com este procedimento concluído, poderemos passar à elaboração de um Manual de Procedimento Administrativo, disponível para todos os jovens que queiram criar e administrar uma associação de uma forma eficaz. Esta proposta destina-se a todos os jovens Portugueses e deverá ser criada pelo Instituto Português da Juventude em colaboração estreita com o Conselho Nacional de Juventude e demais Associações e Federações que demonstrem o interesse nessa participação. Este Manual deve ser distribuído, em larga escala, por escolas (Secundário e Superior), pelas delegações Regionais do IPJ, pelos Municípios e Freguesias e por todas as associações já existentes à data da sua criação.

Proposta

Manual de Procedimento Administrativo

Criação

- Vários tipos de Associações Juvenis e Associação de Estudantes.
- Guia passo-a-passo da formação de uma associação, referindo todos os passos e subsequentes actos administrativos e processuais.
- Modelos de Estatutos, de Regulamento Geral e de Órgãos Sociais.
- Instruções sobre função e finalidade dos cargos dos diversos Órgãos Sociais.
- Legislação existente, Lei do Associativismo Jovem, Estatuto do Dirigente Associativo e demais portarias e leis vigentes.

Gestão

- Noções de Administração e Contabilidade Associativa.
- Um manual para candidaturas aos programas de Apoio e Financiamento do IPJ, programa Juventude em Acção e outros Programas de Juventude Internacionais.
- Realização de uma Base de Dados de Associações e Federações a nível Nacional.
- Listagem de Contactos das organizações de juventude e dos diversos organismos públicos e privados que trabalham na área da juventude.

Deveria também existir a nível municipal um guia de programas de apoio às associações jovens.

Conclusão

O objectivo deste projecto é promover e facilitar o Associativismo jovem em Portugal. Esta necessidade parte das dificuldades estruturais e temporais que os Jovens encontram nas políticas institucionais que regulam as práticas associativas da nossa sociedade. Estas medidas contribuirão para um tecido associativo mais participativo, desenvolvendo, assim, uma cidadania mais activa dos jovens portugueses.

Criação de Rede de Associações Juvenis Digital

Com o objectivo de suprimir a distância entre as diferentes associações assim como a falta de cooperação e comunicação entre elas, gostaríamos de propor a criação de uma “Rede de Associações Juvenis” – espaço dinâmico, informal, autónomo e capaz de juntar as várias expressões de movimento juvenil. Todos, independentemente da sua condição ou área de intervenção, participarão nas decisões a tomar.

Esta rede será formada por uma base de dados de âmbito nacional referente a associações e grupos informais de jovens, onde estarão expostas todas as suas características (dimensão, historial, objectivos e projectos, temáticas, âmbito territorial, público alvo e recursos). As reuniões e encontros de associações serão fundamentais para este processo arrancar. Os objectivos a discutir serão:

- Fazer a ligação directa entre as próprias associações e grupos, promovendo a cooperação e comunicação entre elas, disponibilizando a qualquer um a sua utilização.
- Promover a relação entre as associações e instituições (considerando instituições como autarquias, estabelecimentos de ensino, órgãos políticos, entre outras...).
- Reforçar o diálogo estruturado inter-associações no sentido de aumentar o conhecimento recíproco.
- Promover a partilha de experiências, projectos e recursos. Algo fundamental, tendo em conta que estamos a falar de jovens que, em alguns casos, se confrontam com este tipo de situações pela primeira vez.
- Intercâmbio nas próprias associações através de formações, troca ou cooperação em projectos e recursos.
- Criar um espaço próprio de discussão para as associações, organizado e gerido pelas próprias associações, mantendo sempre a autonomia de cada uma.
- Reforçar o elo entre as associações e as instituições.

A ideia principal, o ponto de partida, será criar um grupo de trabalho para debater este tema tentando chegar a um consenso geral sobre a metodologia a adoptar, tentando sensibilizar as próprias associações a criar uma rede dinâmica, autónoma e descentralizada. Assim será responsabilizado o grupo de trabalho cujo objectivo será elaborar esta ideia e alargá-la ao máximo de regiões do país.

As novas tecnologias serão um factor integrante e facilitador destes objectivos, na medida em que muitos jovens estão hoje familiarizados com estes meios, assim como reuniões promovidas e organizadas pelas próprias associações com o apoio das demais instituições, a nível local, regional e nacional.

Sensibilização

Formação cívica e a participação das associações de jovens

O papel do associativismo juvenil, em Portugal, está ainda aquém do contributo que poderia dar à sociedade, devido, em parte, à falta de participação cívica dos jovens e consequente afastamento da vida associativa activa.

De modo a alterar este panorama, é necessário implementar alterações na educação, pois só existe cidadania activa com uma educação eficaz. A principal ferramenta escolar de que o País dispõe, neste domínio, é a disciplina de formação cívica. Porém, consideramos que esta não cumpre o seu propósito de educar os jovens, precisamente, para a cidadania e o seu exercício. É necessário reflectir sobre a eficácia da Formação Cívica, que é, por vezes, leccionada por professores desmotivados e com pouca informação sobre as redes de cidadania existentes. A participação do cidadão na vida pública impele ao dinamismo e esse mesmo cariz dinâmico da cidadania não está presente no conteúdo das aulas leccionadas. Deverá haver uma articulação continuada e organizada desta disciplina com os agentes de participação cívica, tais como Organizações Não Governamentais, das quais destacamos as organizações juvenis (nas suas diversas expressões), de forma a dar um carácter mais prático, concreto e activo a uma disciplina que actualmente é muito teórica. O reforço da Educação Cívica no 1º Ciclo do Ensino Básico, com as necessárias adaptações ao público-alvo, é outra prioridade a ter em conta.

Voluntariado

O voluntariado assume um papel extremamente importante na participação cívica e passa por dificuldades em termos da adesão por parte da população em geral. É necessário implementar medidas que impulsionem o voluntariado jovem no seio da sociedade, substanciadas num plano eficaz de divulgação, organização e financiamento.

Formação

A formação é uma componente essencial em qualquer organização de sucesso e de qualquer indivíduo. A necessidade de actuar de forma mais eficaz junto dos jovens, a complexidade dos processos de candidatura aos programas de apoio, a dificuldade em descodificar a teia legislativa e burocrática, assim como a necessidade de um diálogo estruturado com outras instituições, associados e parceiros, revelam a urgência de uma formação adequada e reconhecida aos intervenientes nas associações juvenis. Neste sentido, propomos:

1. Promoção da formação de Dirigentes Associativos de qualidade, que contemple áreas como:
 - Gestão Administrativa e Legislativa
 - Gestão Financeira
 - Gestão de Recursos Humanos
 - Elaboração e Gestão de Projectos
 - Marketing, Comunicação e Imagem
 - Dinamização de Grupos

2. Validação da educação não-formal e reconhecimento de aquisição de competências.

Estas propostas visam proporcionar aos intervenientes no movimento associativo:

- melhoria de desempenho
- melhores resultados
- melhor eficácia metodológica
- melhor gestão de recursos financeiros, humanos e logísticos
- melhor concretização e visibilidade dos projectos
- maior eficiência e eficácia no funcionamento
- melhor organização estratégica
- análise da realidade mais objectiva e realista

Conscientes da necessidade de uma permanente reciclagem de conhecimentos, sugerimos ainda a formação contínua dos intervenientes associativos como estratégia de actualização face às necessidades emergentes da sociedade.

2

Educação Não Formal

O conceito de Educação Não Formal (ENF) é muito abrangente. Pode ser definido sob diferentes perspectivas. No seu sentido conceptual, pode ser sector, metodologia, programa ou processo. Nestas diferentes abordagens, a ENF é um conceito que depende do contexto em que é aplicado: não sendo consensual, deve ser adaptado às especificidades desse mesmo contexto, na medida em que é um processo contínuo de aprendizagem.

Este processo de aprendizagem deve ser entendido e implementado fora do contexto Escola, enquanto instituição, e como complemento do mesmo. É um processo intencional, cuja forma de intervenção deve ser desenhada e projectada, assentando em princípios pedagógicos e metodológicos específicos, sempre com espaço para a flexibilidade. Constitui-se como processo de aprendizagem, aprofundamento, envolvimento, descoberta e aquisição de valores.

A ENF é voluntária e centrada nos/nas aprendentes, como é referido no documento político do Fórum Europeu da Juventude (aprovado no Conselho de Membros, em Roma, em Novembro de 2003). A ENF é um processo organizado que dá aos/às jovens a possibilidade de desenvolver os seus valores, aptidões e competências, para além das que são desenvolvidas no contexto da Educação Formal e/ou Informal. Estas aptidões incluem uma diversidade de competências interpessoais, de gestão de conflitos, conhecimento intercultural, liderança e planeamento, organização, coordenação e resolução de problemas práticos, trabalho de equipa, auto-confiança, disciplina e responsabilidade.

À semelhança do que acontece noutros países europeus, em Portugal, é pertinente que se assumam a importância da ENF, não a descurando. Salvaguardamos, contudo, que não é nosso intuito procurar uma definição consensual, mas sim enquadrar a ENF numa linha transversal e orientadora do processo de construção do indivíduo.

As AJ's constituem um espaço privilegiado de Educação Não Formal. Devido à sua estrutura organizativa, oferecem a possibilidade de experienciar e aprender os princípios da democracia participativa. Promovem a igualdade, a diversidade, a globalidade e a interculturalidade. Enquanto espaços de encontro, facilitadores de uma relação mais próxima entre os/as jovens, estão abertos à aquisição, transmissão e partilha de valores, promovendo a valorização pessoal e a cidadania activa dos jovens.

Neste sentido, propomos a criação de uma Rede de Associações Juvenis e outras entidades que promovam projectos de Educação Não Formal, em primeira instância a nível nacional, mas também lançando o repto para que esta iniciativa assuma uma dimensão europeia.

Esta Rede será concretizada através de um site onde se disponibiliza:

- uma base de dados das mesmas e das suas práticas (métodos, técnicas, actividades, iniciativas, projectos específicos e parcerias com instituições de Educação Formal, etc.);
- um calendário de divulgação de actividades;
- um fórum de discussão;
- espaço para promoção de intercâmbios a nível nacional e internacional;
- a possibilidade das AJ's se envolverem num Banco de Tempo partilhado.

Propomos igualmente o reconhecimento do valor da educação não formal e da importância das competências adquiridas no contexto não-formal, o seu financiamento e a promoção de uma maior visibilidade dos benefícios da ENF.

Entendemos que este reconhecimento deve ser feito a nível político, social e individual.

Desta forma, a proposta que aqui elaboramos deve envolver:

- a nível político, a União Europeia, o Conselho da Europa e o governo português, através da Segurança Social, do Instituto Português da Juventude, dos Ministérios da Educação, da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e da Cultura e do Instituto do Emprego e Formação Profissional (Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências) – concebendo no seu enquadramento legal, programas de apoio, a sua referência no âmbito da Lei de Bases do Sistema Educativo e a adaptação do trabalho do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) ao nível do Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) para a certificação de “educadores/as não formais”;
- a nível social, as próprias AJ's, as instituições que trabalham no âmbito da ENF, as entidades suas representativas (Federações, Conselho Nacional da Juventude...), as empresas e as famílias – promovendo campanhas de esclarecimento e sensibilização;
- a nível individual, os/as próprios/as agentes (líderes juvenis, animadores/as, etc.) - adoptando os modelos de Portfolio que estão em desenvolvimento a nível europeu, como por exemplo no Conselho da Europa, assim como um guia de competências básicas em ENF, investindo na formação e procurando certificação.

Estas medidas devem ser concretizadas prevendo a criação de um grupo de trabalho ou órgão de representação que defenda os interesses de todos/as os/as envolvidos/as, assim como a criação de um Manifesto ou “livro branco” para a Educação Não Formal.

Estas propostas devem ser levadas a cabo no âmbito do próximo Quadro Comunitário de Apoio (2007-2013).

3

Ensino Secundário e Superior

Os jovens entendem que o associativismo juvenil e a participação activa são fundamentais na promoção da cidadania e desenvolvimento de competências e, nesse sentido, pretendem ver estes aspectos cada vez mais promovidos. Actualmente, a igualdade de oportunidades no ensino constitui uma preocupação central da juventude portuguesa. Assim, questões como a inclusão social, as políticas de acção social, as reformas em curso no ensino, a participação dos jovens nos processos de tomada de decisão, a articulação entre os vários níveis de ensino e a relação entre os estabelecimentos de ensino e a comunidade envolvente são profundamente discutidas pelos jovens e merecem toda a atenção pelas entidades responsáveis.

As conclusões a que o grupo chegou agrupam-se em cinco grandes temas e apresentam-se em seguida.

A articulação entre diferentes níveis de ensino

- Aumentar o conteúdo prático das disciplinas leccionadas, actualizando-as relativamente à realidade mundial.
- Garantir critérios de avaliação mais rigorosos para professores (vertente pedagógica).
- Ter um ensino que prepare um cidadão activo para a sociedade.
- Maior continuidade no processo lectivo para maior ligação entre as diferentes etapas de ensino e respectivos graus de exigência, porque o actual sistema de ensino com unidades curriculares fragmentadas em vários anos é, na prática, uma negação da evolução intelectual dos estudantes.

Papel das associações de estudantes na promoção da cidadania

- Organização de colóquios sobre temas como a sida, tabaco e drogas, utilizando prioritariamente filmes/imagens para criar um maior impacto (principalmente na camada mais jovem).
- Promover workshops e formações culturais e profissionais.
- Promover uma maior interacção entre associações de estudantes e a restante população através de iniciativas organizadas pelas mesmas.

- As associações de estudantes devem promover campanhas de recenseamento eleitoral.

Processo de Bolonha

- Fazer sessões de esclarecimento e Reuniões Gerais de Alunos em cada estabelecimento de ensino secundário e superior para que os alunos possam discutir as implicações do processo de Bolonha e a melhor forma de lhes dar resposta.
- Garantir a possibilidade dos politécnicos leccionarem o 2º ciclo em cumprimento com a lei.
- Definir uma política educativa nacional que especifique qual a missão de cada um dos sub-sistemas.
- Garantir a acção social e o financiamento no 2º ciclo.

A escola e a família

- Aumentar a formação pedagógica dos docentes para que se reforce a sua autoridade.
- Garantir espaços de ocupação dos tempos livres com as tecnologias de informação onde se possam realizar actividades de formação cívica para a cidadania com a participação de todo o agregado familiar.
- Garantir maior e melhor comunicação entre professor e encarregado de educação.
- Eliminar a avaliação dos docentes por parte das famílias dos estudantes.

A organização do ensino secundário

- Valorização das actividades extracurriculares e competências adquiridas em aprendizagem não formal no acesso ao ensino superior incluídas no certificado de habilitações.
- Aumentar a cooperação entre associação de estudantes e conselho executivo.
- Introdução de temas como educação sexual, cívica e política na escola.
- Promover a continuidade dos professores a leccionar a mesma turma.

4

EMANCIPAÇÃO DOS JOVENS – Emprego e Assuntos Sociais

O grupo debateu e analisou o tema da emancipação dos jovens portugueses, sublinhando alguns dos aspectos essenciais desta temática, propondo um conjunto de medidas e de pontos-chave que contribuam para uma acção concertada das organizações do CNJ nesta área.

Princípios base:

- A emancipação jovem é um factor essencial com vista a uma sociedade dinâmica, activa e coesa, cuja concretização implica a conjugação de várias dimensões do ser e do saber do jovem enquanto pessoa.
- A autonomia do jovem passa necessariamente por uma estabilidade económica e laboral que possibilite uma efectiva emancipação e realização / concretização das suas expectativas mais essenciais.
- Compatibilizar a flexibilidade com a segurança no trabalho deverá ser um objectivo de uma sociedade que se quer inclusiva e respeitadora dos direitos fundamentais de cada um dos indivíduos que a constituem.

(DES)EMPREGO

Nesta temática analisamos alguns factores que estão na origem deste problema que afecta uma grande parte dos jovens do nosso país. Diferenciamos a questão do emprego, emprego a tempo parcial, emprego precário e outras formas de empregabilidade. Obviamente que esta área essencial para o desenvolvimento da autonomia dos jovens, já que fornece os meios essenciais para a sua subsistência e estabilidade financeira, permitindo a integração do jovem na sociedade como membro activo e interventivo. Eis alguns factores a ter em conta nesta temática:

- Ligação escola / empresa / sociedade;
- Aplicabilidade prática dos currículos escolares;
- Investir e inovar na formação;
- Desenvolvimento da economia nacional;
- Mão-de-obra barata e pouco qualificada;
- O aumento do desemprego gera uma sobrecarga económica para o país – sustentabilidade;
- Programas ocupacionais que ocultam o desemprego;
- Escassa valorização do produto nacional;

A ausência de emprego afecta directamente a qualidade de vida;

- Interferências no equilíbrio familiar;
- Depressão / sentimento de inutilidade;

Factores que podem evitar os excessos e abusos relativos ao despedimento:

- Maior de fiscalização;
- Código do Trabalho deve evitar o facilitismo no recurso ao despedimento
- Controlo das falências fraudulentas;
- Valorização do emprego de longa duração.

Oportunidades existentes na sociedade que pretendem minorar os efeitos do desemprego:

- Novos projectos ao nível da qualificação e da inserção no mercado de trabalho que procuram combater o desemprego;
- Desenvolvimento sustentável e inovação.

A Precariedade Laboral afecta também os jovens portugueses. Numa sociedade em mudança constante, a mobilidade é um factor essencial para a competitividade. No entanto, recusamo-nos a admitir um conjunto de situações que promovem uma situação de instabilidade na vida profissional dos nossos jovens.

- Necessidade do Estado dar o exemplo na luta contra a precariedade;
- Escassas possibilidades de desenvolvimento e progressão na carreira;
- Diversidade e exigência na formação de competências que não têm aplicabilidade;
- Irregularidades contratuais;
- Excesso de contratação a recibos verdes que substituem a contratação por conta de outrem;
- Instrumentalização e abuso do trabalho temporário;
- Utilização abusiva dos contractos a prazo;
- Estágios não remunerados;
- Alargamento do trabalho nocturno;
- Discriminação salarial e de género;
- Geração de problemas sociais e afectivos;
- Desumanização do trabalhador.

Incumprimento/Desconhecimento de Direitos

Um dos factores essenciais para a falta de condições de trabalho reside nesta situação altamente problemática. Muitas vezes os jovens desconhecem os seus direitos e, noutros casos, os mesmos não são cumpridos pelas entidades empregadoras. Assistimos a situações de total ausência de respeito pelos direitos fundamentais dos trabalhadores que, por medo ou desconhecimento, sofrem o efeito da desregulação. Alguns dos factores na base deste problema podem ser identificados:

- Meios inadequados de divulgação de informação;
- Necessidade de descodificação da informação;
- Falta de impacto nos meios de comunicação social;
- Sistema de educação deveria dar acesso ao saber e informação sobre os direitos;
- Incumprimento de direitos e entraves ao seu cumprimento por parte das instituições;
- Desrespeito pelo estatuto do trabalhador-estudante;
- Falta de iniciativa;

Propostas para o CNJ

- Massificação da informação institucional sobre direitos e deveres no trabalho;
- Modelagem a partir de casos de sucesso.

HABITAÇÃO

Este é um factor essencial para atingir a autonomia. Ter casa própria, ou não, deverá ser uma opção de cada jovem. No entanto, e face à situação actual, este objectivo é difícil de alcançar. Este debate nem sempre é pacífico e provou não ser consensual no nosso grupo. Pelo facto propomos:

- Um debate sério e conclusivo, no CNJ, sobre vantagens/desvantagens do crédito bonificado à habitação, com medidas de controlo eficazes;
- Incentivo ao arrendamento jovem: abrangendo um maior número de jovens beneficiários, com uma maior divulgação desse incentivo;
- Fiscalização dos contractos de arrendamento;
- Revitalização e requalificação dos centros urbanos e históricos através de isenções de IMI e IMT;
- Habitação a custos controlados para jovens e divulgação de boas práticas a este nível;

- Fomento de cooperativas de habitação;
- Adopção de boas práticas já implementadas;
- Maiores poderes de regulação no mercado de habitação.

MOBILIDADE

Numa sociedade plasmada pela globalização, consideramos não ser possível continuar neste modelo social onde não se valorizam as competências de cada um dos membros da nossa sociedade. Exige-se um constante aperfeiçoamento e um profissionalismo constante, que não penalize o trabalhador e lhe permita desenvolver o seu trabalho. Alguns dos temas debatidos não são consensuais e, por isso, propomos um debate alargado desta temática no CNJ.

- Cooperação e intercâmbios;
- Educação intercultural;
- Empreendedorismo;
- Flexibilidade e competências;
- Conhecimento do mercado;
- Processo de Bolonha: Uma ameaça e um desafio;
- Globalização vs. fronteiras implícitas;
- Barreiras linguísticas.
- Segurança da propriedade habitacional vs. incerteza do arrendamento;
- Sistema de arrendamento deficiente;
- Especulação imobiliária.

5

Comunicado pela diversidade, integração e igualdade de género

Durante o X Encontro Nacional de Juventude, realizado em Santo Tirso, entre 30 de Novembro e 3 de Dezembro de 2006, o grupo de trabalho subordinado ao tema *Diversidade Integração e Igualdade de Género* reflectiu sobre a situação social e comportamento da sociedade portuguesa, no contexto global.

Perante uma observação e análise da realidade constatamos as desigualdades nos mais diversos domínios. Insatisfeitos com a perpetuação de preconceitos que originam a desigualdade de género, a falta de diálogo e vivência intercultural, a desproporção entre as necessidades dos cidadãos e cidadãs portadores de deficiência e a actual resposta às limitações destes, não podemos deixar de exercer o nosso dever de cidadãos e cidadãs.

Motivados pelo desejo de mudança que encontra na diversidade a riqueza potenciadora de uma sociedade que se pretende igualitária, não descurando a especificidade e individualidade de cada um, apelamos às instituições públicas, em complementaridade ao dever individual do cidadão, que não deixem terminar o ano de 2007, Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, sem acções reais junto dos cidadãos e cidadãs desinformados e por isso promotores de preconceitos. Adicionalmente, exigimos a aplicação de estratégias concretas que considerem, promovam e coloquem em prática o Princípio da Igualdade, consagrado no artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, tendo em conta que se trata de um artigo aberto, o que exige uma observação atenta às situações próprias de uma sociedade em constante mutação.

Artigo 13.º

(Princípio da igualdade)

- 1. Todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei.*
- 2. Ninguém pode ser privilegiado, beneficiado, prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de ascendência, sexo, raça, língua, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, condição social ou orientação sexual.*

1. Para sensibilizar os jovens sobre a diversidade cultural, propomos ao Ministério da Educação que adopte uma directiva para que no dia 21 de Maio, Dia Mundial da Diversidade Cultural, todas as escolas realizem actividades relativas ao tema.
2. Propomos ao Executivo que crie uma pasta para a igualdade e inserção social, para que haja uma maior dedicação às problemáticas da diversidade cultural.
3. Propomos ao Ministério do Trabalho e Solidariedade Social a criação de uma comissão de fiscalização do trabalho imigrante não legal.
4. Propomos ao Ministério da Solidariedade Social que promova uma campanha que tenha como alvo a sociedade civil portuguesa para a sensibilização das questões da diversidade cultural, do acolhimento e integração dos imigrantes, com o slogan: “Acolher, Legalizar, Integrar”.
5. Propomos ao Ministério da Educação a criação de cursos gratuitos de ensino de língua portuguesa para imigrantes.

Igualdade de Género

Definição de Conceitos

Sexo: aspectos físicos e ideológicos que diferenciam espécies animais, vegetais e seres humanos.

Género: conjunto de factores sociais e culturais. As relações de género mudam de acordo com a classe social, raça e/ou etnia. É uma construção cultural caracterizada por relações sociais desiguais entre homens e mulheres.

Medidas

1. Reforçar a educação para a cidadania nomeadamente através de parcerias com diversas instituições sociais.
2. Aumentar a rede de creches e de jardins de infância, alargar os horários de funcionamento dos mesmos no sentido de possibilitar uma maior participação dos pais na vida activa, nomeadamente o papel das mulheres no processo de decisão política.
3. Aumentar a formação profissional e incentivar o empreendedorismo de forma a garantir uma maior independência financeira.
4. Implementar penas exemplares para os crimes de violência doméstica e desmistificar o conceito de violência doméstica associada às mulheres. Alargamento dos recursos

- financeiros e jurídicos, tendo em vista o reforço do apoio psicológico às vítimas, aos seus descendentes e também aos agressores.
5. Fiscalizar e punir sempre que sejam comprovadas assimetrias salariais entre homens e mulheres no desempenho das mesmas funções.
 6. Permitir o casamento entre homossexuais, **uma vez que não cabe ao Estado discriminar**, de acordo com o art.º 13 da C.R.P.

Portadores/As De Deficiência

Medidas:

1. Fiscalização apertada nas obras e transportes públicos e privados (construção de rampas em edifícios, construção de passeios baixos, acessos a transportes públicos)
2. Ajudar a mentalizar as pessoas de que não é um problema só dos deficientes, mas sim de todos (porque ninguém prevê o amanhã, e qualquer um de nós pode ser deficiente de um dia para o outro).
3. Sensibilizar as escolas públicas a terem equipamentos, infraestruturas e professores para receberem os deficientes, como exemplo: o sistema DOSVOX, em que possibilita ao deficiente interacção com o computador oralmente, ou seja, ter a possibilidade de imprimir/formatar documentos para Braille, programas para ajuda a educação de crianças com deficiência visual, programas sonoros para acesso à internet, como Correio Electrónico, teclados para deficientes motores, não seria necessário alterar o software nem o hardware, mas simplesmente teclados que se adaptem às dificuldades dos deficientes.
4. Sensibilizar as pessoas e o Estado para a existência de igualdade de direitos relativamente às pessoas com deficiências, o que não existe ou pouco existe em Portugal.
5. O Estado deveria rever o Orçamento para 2007, já que 22% dos deficientes irão ser afectados, pela negativa, ou seja, ser-lhes-ão retiradas algumas ajudas preciosas, que já são poucas.
6. Incentivar as empresas a contratar portadores de deficiência.

6

Desenvolvimento Sustentável

O Grupo de Trabalho do “Desenvolvimento Sustentável” chegou às seguintes conclusões:

- O caminho da Sustentabilidade passa por uma cidadania activa e responsável, de partilha entre toda a sociedade, desde os mais aos menos informados.
- A sensibilização e consciencialização deve ser coerente e adequada de acordo com as diferentes formas de pensar, sentir e agir, independentemente de etnias, géneros ou classes sociais.
- Os espaços de discussão pública devem ser dinamizados e divulgados, para que a opinião de cada um seja valorizada, contribuindo para as tomadas de decisão. Devem também ser criados novos espaços de discussão pública quando os existentes se revelem insuficientes.
- A consciencialização da população é fundamental e deve ter como base uma formação e educação cívica que provoque uma mudança nas atitudes e comportamentos que prejudicam a sustentabilidade de um desenvolvimento social, económico e ambiental.
- Os *mass media* devem ser usados numa campanha de promoção de comportamentos responsáveis conjuntamente com a disponibilidade de estruturas e campanhas de proximidade que permitam a efectividade destas acções.
- É necessário o envolvimento de todas as estruturas organizativas, governamentais e não governamentais, incluindo as organizações de juventude, a nível local, nacional e internacional.
- O Desenvolvimento Sustentável está inerente às acções que cada um de nós pode e deve fazer, daí a importância de darmos o primeiro passo para uma mudança.

Esquemáticamente, podemos organizar a estrutura deste debate do grupo em 3 fases distintas:

1. definição de conceito;
2. identificação da problemática;
3. enquadramento e desenvolvimento do conceito.

No que se refere ao ponto 1, definiu-se Desenvolvimento Sustentável como sendo o resultado da articulação harmoniosa e responsável que um indivíduo exerce na satisfação das suas necessidades, procurando obter o equilíbrio entre os recursos naturais disponíveis e os factores sócio-económicos.

Relativamente à identificação das problemáticas, enquanto condicionantes da implementação de um modelo de Desenvolvimento Sustentável, salientamos as seguintes:

1. Consciência individual.
2. Consumismo.
3. Custos da sustentabilidade.
4. Acessibilidade.
5. Lobbys.

Relativamente à 3.ª fase, o enquadramento e desenvolvimento do conceito foi aprofundado, referindo a importância do reflectir, debater e, fundamentalmente, agir como elementos chave na implementação de um modelo sustentável.

Alterações Climáticas

A humanidade enfrenta hoje um grande problema ao nível das alterações climáticas, provocadas pelas atitudes inconscientes tomadas todos os dias por cada um de nós. A este ritmo a sobrevivência dos seres vivos poderá estar comprometida.

- É preciso levar este problema a sério, é essencial mudar os comportamentos e dar o exemplo.
- É essencial respeitar o protocolo de Quioto, pressionando os governos para o seu cumprimento.
- É fundamental investir em tecnologias limpas e energias renováveis.

Racionalização dos recursos

- Falar de Desenvolvimento Sustentável é falar também de racionalização de recursos, não hipotecando o desenvolvimento social, ambiental e económico.

Pretendemos evidenciar nesta discussão a importância da água e dos solos.

- A água é um direito fundamental da humanidade.
- As estratégias de racionalização deste recurso não podem passar pela sua mercantilização.
- Será necessário estabelecer escalões de consumo e definir um preço socialmente justo.

- Consideramos importante promover a sua reutilização e ou reciclagem.

No que diz respeito aos solos, a palavra-chave é preservar. Desta forma, definimos as seguintes propostas:

- Promover a agricultura biológica, evitando assim o uso de químicos.
- Garantir a fixação das populações rurais.
- Garantir o cumprimento do ordenamento do território.
- Prevenir os fogos florestais

Resíduos e sua valorização energética

O crescimento económico é uma parte fundamental do Desenvolvimento Sustentável, como tal importa potenciar a utilização dos recursos actuais, entre os quais os próprios resíduos.

- Reduzir, reciclar, reutilizar e separar o restante é um imperativo para os resíduos.
- Incentivar o consumo de produtos “amigos do ambiente”
- Fazer uma discriminação positiva das organizações/empresas que produzam e operem de forma ambientalmente sustentável, como por exemplo atribuindo-lhes incentivos fiscais.
- Para uma eficaz valorização energética é necessário um melhor aproveitamento das energias renováveis, bem como a aplicação destas mesmas energias renováveis nos edifícios públicos e privados.

Organismos Geneticamente Modificados (OGM's)

É extremamente importante ter em conta o princípio da precaução, educando e consciencializando a população para uma vida saudável e mais segura.

- Precaução no sentido em que devemos ter o conhecimento total das características intrínsecas de um alimento, sendo nós os consumidores do mesmo.
- Efectuar estudos mais aprofundados que permitam identificar as consequências dos OGM's no nosso organismo.

O objectivo de massificação e produção mais rápida, não pode ser prioritário, tendo em conta o respeito para com os ciclos de recuperação e preservação dos solos.

7

Estilos de Vida Saudável

No panorama actual nacional e europeu assume-se como essencial a adopção de estilos de vida saudáveis. O crescente e elevado número de doenças crónicas associadas ao estilo de vida e consumos de risco nos jovens, confirmam essa urgente necessidade de agir. Neste âmbito, a sociedade civil não pode demitir-se das suas funções, e, para o efeito, de seguida apresentamos algumas linhas orientadoras para solucionar/minimizar estes problemas.

Consideramos que a educação/formação/sensibilização é transversal a toda esta abordagem sobre os estilos de vida saudável. Defendemos que a promoção da saúde passa obrigatoriamente pela “Educação para a Saúde” e pelas experiências de aprendizagem que facilitem a mudança voluntária para comportamentos saudáveis. Os jovens devem ser capacitados e preparados para fazerem escolhas informadas, consumos responsáveis e conscientes.

Abaixo mencionam-se as várias temáticas abordadas pelo grupo de trabalho e respectivas propostas de resolução aos problemas apresentados.

Álcool

- Realização de acções de formação/esclarecimento direccionadas a organizações juvenis, famílias, escolas sobre os malefícios do álcool, com a apresentação de estratégias/projectos para diminuição do consumo;
- Elaboração de um cardápio de cocktails sem álcool que poderia ser divulgado junto de associações juvenis e estudantis, nomeadamente nas semanas académicas;
- Sugere-se a criação do DIA SEM ÁLCOOL no qual seria realizada uma campanha de prevenção elucidativa sobre a problemática do álcool, associando figuras públicas ao projecto como estratégia para melhor eficiência do mesmo;
- Fomentar um maior controlo da publicidade relativa ao álcool.

Alimentação e Exercício Físico

- Campanhas de sensibilização para pais e educadores;
- Realização de acções direccionadas às camadas escolares

Ex.: realização de workshops; aulas de culinária; divulgação dos trabalhos desenvolvidos pelas associações às escolas; debates; seminários;

- Criação de uma identidade imparcial para controlo à qualidade nutricional dos produtos alimentares;
- Redução de impostos às empresas de produtos biológicos de forma a torná-los mais acessíveis ao consumidor.

Drogas

- Disponibilização de fundos por parte do Estado para a criação de condições físicas, profissionais e didácticas, em todos os municípios, para a ocupação dos tempos livres dos jovens. A interacção da família é indispensável;
- Realizar uma “acção/prevenção de choque” ao proporcionar o contacto directo com a realidade da toxicoddependência
Ex.: visitas de estudo a instituições de recuperação de toxicoddependentes;
- Incentivar os jovens a participar em movimentos juvenis onde se insiram práticas desportivas ligadas à qualidade de vida;
- Benefícios fiscais e outros para empresas que se associam a projectos de inserção social
Ex.: Inserção de ex-toxicoddependentes em contexto laboral.

Sexualidade

- Formação juvenil incluindo famílias e jovens para consultas de planeamento familiar;
- Maior articulação entre as organizações juvenis e escola;
- Construção de meios de informação mais dinâmicos para maior consciencialização por parte dos jovens;
- Abordar esta temática apelando aos aspectos positivos para o bem-estar do indivíduo, eliminando os tabus existentes.

Tabaco

- Sensibilizar os pais para os perigos do consumo passivo do tabaco por parte das crianças/jovens;
- Realização de campanhas “duras” para sensibilizar os jovens das consequências do tabaco;

- O aumento do preço do tabaco e do imposto, mas de forma significativa;
- Proibir o consumo de tabaco em espaços públicos, nomeadamente restaurantes e espaços de lazer.

Sugestões para os *media*

- Maior divulgação de produtos alimentares saudáveis em particular os produtos nacionais;
- Reduzir a publicidade ao fast-food, nomeadamente nas horas em que a audiência é maioritariamente infanto-juvenil;
- Divulgação de temas sobre a sexualidade através de programas lúdicos e educativos em horário *prime time* em ambiente informal;
- Incentivar os meios de comunicação a divulgar os malefícios da droga e suas consequências, bem como todas as iniciativas relacionadas com este flagelo;
- Ter um controlo rígido quanto à publicidade a bebidas alcoólicas;
- Criação de campanhas publicitárias com intenção de elucidar as pessoas sobre os malefícios do tabaco;
- Evitar a transmissão de imagens de pessoas a fumar em programas de lazer, nomeadamente telenovelas, filmes, etc..

Conclusão

Em suma, pretendemos salientar que todos os comportamentos e consumos prejudiciais à saúde exigem soluções que devem ser apresentadas de forma mais convicta e firme aos organismos competentes. Como ficou exposto anteriormente existe necessidade de mudar os hábitos dos jovens portugueses, ao nível da alimentação e do exercício físico, da sexualidade, das drogas, do álcool e do tabaco. Para isso, é fundamental a criação de estratégias de acção/dinamização de projectos para solucionar os problemas tratados, combatendo o sedentarismo, a dependência e os problemas de saúde.

8

Política Europeia de Juventude

O grupo de trabalho subordinado ao tema da Política Europeia de Juventude debruçou-se sobre os mecanismos e ferramentas de trabalho de âmbito juvenil existentes a nível Europeu, nomeadamente o Livro Branco “Um novo impulso à juventude europeia”, o Método Aberto de Coordenação, o Pacto Europeu para a Juventude e o novo Programa Juventude em Acção da Comissão Europeia.

Depois de debater estes temas com peritos das mais diversas áreas (Comissão Europeia, Governo Português, Instituto Português da Juventude e Fórum Europeu da Juventude), o grupo de trabalho concluiu que a participação dos jovens na vida cívica e nos processos de tomada de decisão que lhes dizem respeito deve ser o objectivo central da política europeia de juventude e que as preocupações relativas à juventude são transversais a todas as áreas políticas, pelo que os canais de participação se apresentam fulcrais e, como tal, devem ser incentivados.

Por outro lado, o grupo de trabalho entendeu que o movimento associativo juvenil constitui o método mais eficaz de participação e que o papel de coordenação da participação dos jovens deve ser realizado pelo Conselho Nacional da Juventude.

Tendo em conta estas conclusões, os jovens presentes, tentando manter uma perspectiva realista, que cremos fundamental para a credibilização das associações juvenis, recomendam:

- Introduzir um Gabinete de Juventude em cada Ministério (visto que todas as áreas governamentais são relevantes para a Juventude) como forma de melhorar a coordenação, a nível governamental, de uma política de juventude que se pretende transversal e abrangente.
- Desburocratizar o processo de criação de Associações Juvenis e reduzir os custos da sua constituição.
- Promover a criação de Conselhos Municipais de Juventude, independentes das autarquias, e de Conselhos Distritais da Juventude com assento no Conselho Nacional da Juventude, para garantir a representação dos jovens e das suas ideias e

necessidades a partir do nível local, passando pelo nível distrital até chegar ao nível nacional (remeter para o ponto **1 Associativismo e Participação Juvenil** desta declaração e respectivas conclusões).

- Melhoria da estratégia de informação aos jovens, em coordenação com as organizações de juventude e as autoridades locais, para uma efectiva divulgação da informação a nível local, regional e nacional (ex: Escolas Secundárias).
- Criação de uma estrutura formal de acompanhamento e avaliação do processo de implementação do Método Aberto de Coordenação, envolvendo os jovens e as organizações de juventude, num quadro de diálogo permanente.
- Conceder às organizações de juventude e aos projectos desenvolvidos pelos jovens o apoio político e financeiro adequado, promovendo a sua participação nas estruturas da sociedade civil e nos processos de decisão política, necessária ao exercício de uma cidadania activa, em particular em iniciativas desenvolvidas por/para jovens em idade pré-eleitoral.
- Apostar na melhoria do nível de qualificação dos jovens portugueses, na sua integração na vida activa, na qualidade do emprego, na promoção do empreendedorismo e na remoção dos obstáculos à mobilidade que ainda persistem, como supõe a construção de um espaço europeu de educação, formação e emprego.
- Promover a participação de jovens que não frequentem, nem pretendem frequentar, o Ensino Superior em Cursos de Formação Profissionais a nível Europeu.
- Formar uma estrutura de Participação dos jovens e das organizações de juventude na elaboração, acompanhamento e avaliação dos Programas Nacionais de Reforma no quadro da Estratégia de Lisboa.

9

Cooperação global

@s jovens reunidos no Grupo de trabalho sobre a Cooperação Global, no 10º Encontro Nacional Juventude, em Santo Tirso, nos dias 1,2 e 3 de Dezembro de 2006, consideram que:

A cooperação global é uma temática que reflecte o mundo globalizado em que vivemos, bem como a consciência de um nível elevado de interdependência;

Por representarem o futuro, devem ser alvos privilegiados da educação para o desenvolvimento e solidariedade e, pela sua originalidade e irreverência, serem reconhecidos como agentes de mudança, dotados dos argumentos necessários para decidir, mobilizar e agir;

Os jovens devem ser actores centrais na promoção dos direitos humanos, na cooperação para o desenvolvimento, na campanha pela erradicação da pobreza, na luta contra o VIH/SIDA e na promoção do diálogo intercultural, no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio;

A acção da juventude deve ser feita em concertação com todos os cidadãos e cidadãs, num espírito de cooperação inter-geracional, e deve procurar a criação de sinergias com os vários actores políticos e sociais, desde os meios de comunicação, às organizações governamentais, não governamentais, internacionais, regionais, nacionais e locais;

Os passos necessários à mudança de mentalidades e atitudes passam pela consciencialização, mobilização, responsabilização e trabalho em rede, optimizando esforços e reconhecendo os interesses comuns da juventude.

O grupo de trabalho concluiu que:

1. Questões como o respeito pelos direitos humanos, como a pobreza e a fome, a educação, a igualdade de género, a saúde, os direitos da criança, a sustentabilidade ambiental, os movimentos migratórios, a informação e a participação cívica são apenas algumas das preocupações d@s jovens. Todas elas são incontornáveis para alcançar um mundo globalmente justo e são consonantes com as metas da Declaração do Milénio da Organização das Nações Unidas.

2. Existe uma vontade generalizada de resolver estes problemas, que pode ser materializada através do diálogo, da cooperação global, da educação para o desenvolvimento, da comunicação intercultural, da participação cívica e do associativismo juvenil.
3. A realização pessoal já só pode ser atingida por meio da realização global e como tal @s jovens partem sem medo para a intervenção, em busca de formas de desenvolvimento sustentável, enquanto objectivo máximo das nossas gerações.
4. Os exemplos de boas práticas devem ser disseminados e como tal apresentam-se as seguintes iniciativas:
 - a) *Cooperação Euro-Africana* – O trabalho desenvolvido pelo Centro Norte Sul do Conselho da Europa, pelo Fórum Europeu da Juventude, pelas plataformas africanas de juventude e pelas organizações globais de juventude, através das parcerias que desenvolveram para a realização do Curso de Formação Euro-Africano, da Universidade da Juventude e do Desenvolvimento e dos Festivais Mundiais da Juventude é um exemplo a seguir. A parceria juvenil no âmbito da cooperação Euro-Mediterrânica é um exemplo de concertação e de financiamento para acções de juventude que deve ser replicado no restante continente africano e outras áreas de cooperação mundial.
 - b) *Cooperação Inter-associativa na CPLP* – Neste âmbito, foi criado o Fórum de Juventude da CPLP, há quase 10 anos na Cidade da Praia, em Cabo Verde, tendo por base os Conselhos Nacionais da Juventude. Este é um órgão político que procura dar voz às necessidades dos jovens e potenciar a sua acção, abrindo canais oficiais que a sua presença na CPLP lhes proporciona.

As organizações de juventude, entre elas as representativas das diásporas da CPLP, têm no Fórum um espaço de cooperação e apoio, ao mesmo tempo que são um complemento precioso na dinamização permanente da CPLP e na busca de soluções para os grandes desafios do século XXI.

O exemplo do projecto do Intercâmbio Europeu de Jovens sobre cidadania participativa e desenvolvimento sustentável, a desenvolver-se em Coimbra, procura reflectir a necessidade de diagnóstico conjunto de prioridades e de acção objectiva e pragmática, com base no intercâmbio

inter cultural e associativo e na cooperação regional. Esta iniciativa vem criar pontes com e reforçar o Fórum das Associação de Estudantes e Investigadores da CPLP em Coimbra (AEI CPLP/C), desenvolvendo sinergias importantes.

- a) *Realização dos Encontros Nacionais de Juventude* – A iniciativa do Conselho Nacional de Juventude reflecte uma postura atenta das necessidades do associativismo em Portugal, nomeadamente a criação de redes e a troca de experiências. Este é também um espaço privilegiado de mobilização juvenil e de capacitação dos jovens para a intervenção cívica nas mais diversas áreas, num espírito inclusivo e pró-activo que tem em conta a dimensão global da acção jovem.

- b) *Cooperação com a Juventude do Sahara Ocidental* – A situação política do Sahara Ocidental é um exemplo complexo de sobreposição de interesses estratégicos e direitos humanos. A juventude europeia e juventude saharai são hoje agentes de cooperação activos, na disseminação de informação e na busca de parcerias para a melhoria de condições nos campos de refugiados e na busca de uma solução final para a nação Saharai. A actuação do Conselho da Juventude de Espanha e movimento juvenil espanhol, bem como dos conselhos de Juventude regionais de Espanha tem sido um bom exemplo, entre outros, permitindo uma consciencialização mundial para a causa saharai e encontrando soluções provisórias para a formação dos jovens saharais em Cuba, na Argélia e na Líbia.

Reconhecendo o longo caminho do associativismo em Portugal e o papel central das organizações de juventude na emancipação da sociedade portuguesa, num mundo global,

Afirmamos:

1. A importância do trabalho juvenil no âmbito do Plano de Acção Global das Nações Unidas para a Juventude;
2. a necessidade da mobilização de tod@s para a realização da Cimeira África-Europa de Juventude que deverá ter lugar em Lisboa, no segundo semestre de 2007, e o compromisso da juventude para ser um agente empenhado neste projecto;
3. a necessidade de reforçar os laços de solidariedade da juventude portuguesa com o povo Timorense, recuperando as parcerias desenvolvidos no âmbito da luta pela independência;
4. a nossa vontade de ver como prioridade da juventude portuguesa uma cooperação

- objectiva e profunda com os povos da lusofonia, em busca da paz, do desenvolvimento e da democracia;
5. o nosso desejo de ver multiplicadas iniciativas mobilizadoras da juventude e promotoras de debate, nomeadamente através da realização de uma cimeira de juventude da lusofonia.

Acolhemos com entusiasmo e expectativa:

A nova lei do associativismo juvenil (n.º 23/2006) enquanto instrumento da equidade entre associações nacionais e estrangeiras em Portugal.

Recomendamos que:

6. o Estado Português se mobilize e se empenhe na realização da Cimeira África-Europa de Juventude e utilize a presidência da União Europeia para reforçar e dar visibilidade a este compromisso;
7. o CNJ crie formas de mobilização e inclusão da juventude portuguesa na Cimeira África-Europa de Juventude, criando instrumentos para a actuação d@s jovens enquanto actores centrais do desenvolvimento;
8. o CNJ trabalhe em parceria com o CNS e o FEJ para permitir que a juventude portuguesa seja uma parte activa no Festival Mundial de Juventude, numa demonstração da vontade e do potencial dos jovens portugueses;
9. o CNJ promova junto dos seus associados e da sociedade portuguesa, principalmente no âmbito do espaço lusófono, formas de empreendedorismo jovem;
10. o CNJ tenha também como linha estratégica o eixo Europa-América Latina, em consonância com as orientações estratégicas do governo português;
11. a presidência portuguesa da União Europeia promova a participação d@s migrantes e das diásporas na vida activa portuguesa e europeia;
12. na área educativa se promovam a educação e a participação cívica, a igualdade de género e a aprendizagem ao longo da vida no contexto da educação formal e não formal como meio de integração dos jovens no mercado de trabalho;
13. na área do emprego se promova o empreendedorismo jovem nas áreas rurais como forma de fixação e desenvolvimento das mesmas;
14. na área do desenvolvimento se promova o princípio do direito da auto-determinação dos povos; o reforço da cooperação multilateral da juventude para o desenvolvimento económico e social; e o respeito pelo direito internacional e a Carta das Nações Unidas.